

## POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?<sup>1</sup>

FERNANDA SILVA SANTOS

Universidade do Estado da Bahia - Campus XII

JANY RODRIGUES PRADO

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII

### RESUMO:

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre Políticas e Práticas de Educação Infantil que foi realizada nos anos de 2022 e 2023 pelo Observatório da Infância e Educação Infantil da Universidade do Estado da Bahia. Objetiva apresentar a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024. Por meio da abordagem qualitativa, adota o Estado do Conhecimento para levantamento de informações no Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os resultados da pesquisa evidenciam que para se alcançar os resultados almejados referentes à Meta 1, é necessário um planejamento que envolva a participação de diferentes agentes políticos no seu processo de elaboração, aprovação, execução, monitoramento e avaliação, por se tratar de uma Política Educacional que tem o dever de garantir a oferta e permanência das crianças à Educação Infantil de qualidade. A pesquisa nos possibilitou conhecer diferentes percepções acerca das Políticas Educacionais para a Educação Infantil, em especial, a Meta 1 do PME, bem como compreender como cada região compreende essa etapa da educação básica, além de dar visibilidade para esta.

659

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Políticas Educacionais. PME.

### ABSTRACT

This work is part of a research on Early Childhood Education Policies and Practices that was carried out in 2022 and 2023 by the Childhood and Early Childhood Education Observatory of the State University of Bahia. It aims to present the reality of scientific research regarding Early Childhood Education in Municipal Education Plans (PME), in the period from 2014 to 2024. Through a qualitative approach, it adopts the State of Knowledge to collect information in the Coordination of Education Database. Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). The research results show that in order to achieve the desired results regarding Goal 1, planning is necessary that involves the participation of different political agents in the process of elaboration, approval, execution, monitoring and evaluation, as it is an Educational Policy which has the duty to guarantee the provision and retention of children in quality Early Childhood Education. The research allowed us to learn about different perceptions about Educational Policies for Early Childhood Education, in particular, Goal 1 of the PME, as well as understanding how each region understands this stage of basic education, in addition to giving visibility to it.

<sup>1</sup> Resumo produzido como parte de conclusão da pesquisa de Iniciação Científica no âmbito do Políticas e Práticas de Educação Infantil, com financiamento do Programa de Iniciação Científica – PICIN/UNEB.

**KEYWORDS:** Child Education. Educational. Policies. PME.

## **PALAVRAS INTRODUDÓRIAS**

Esse trabalho objetiva conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024. Trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica (IC) que contou com apoio do Programa de iniciação Científica (PICIN), intitulada Políticas e Práticas de Educação Infantil no Município de Guanambi-Bahia, que procurou analisar as estratégias de acompanhamento das políticas de Educação Infantil no Plano Municipal de Educação de Guanambi-BA (2014-2024). Desse modo, com o levantamento realizado nos Anais das plataformas de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), buscou-se conhecer como essas pesquisas retratam a Educação Infantil na política do Plano Municipal de Educação e que estratégias e ações são planejadas e realizadas para esta etapa, a fim de se efetivar a Meta 1.

Compreender a importância da Educação Infantil como uma etapa da educação básica no cenário dos Planos Municipais de Educação é de suma importância, pois é a partir dela que a criança se entende como sujeitos de direito, além dessa etapa oportunizar aos pequenos experimentar novas experiências e construir novas aprendizagens. Dessa forma, conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Infantil nos Planos Municipais de Educação (PME), no período de 2014 a 2024, permite-nos também conhecer as ações e estratégias para esta etapa, bem como seu processo de construção e monitoramento.

660

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

O trabalho é de abordagem qualitativa e utilizou o Estado do Conhecimento para levantamento das informações. Para Morisini e Santos (2021), O EC é um tipo de pesquisa bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, que possibilitam conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação stricto sensu de determinada área, sobre determinado tema.

Nesse sentido, a pesquisa efetivou-se a partir do levantamento bibliográfico, que buscou identificar estudos relacionados à temática “Estratégias de acompanhamento das políticas de Educação Infantil no Plano Municipal de Educação. A busca se deu nas plataformas de

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando descritores ‘Educação Infantil’, ‘Políticas’ e ‘Plano Municipal de Educação’, e o operador booleano “and” para ampliar a pesquisa nas plataformas.

O recorte temporal escolhido abrange os trabalhos entre os anos de 2015 à 2023. A escolha por esse período se justifica porque os Planos Municipais se efetivaram com a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) nos anos de 2014 a 2024, mas delimitamos 2015, porque ao realizar a consultar nas bases de dados não encontramos trabalhos no ano de 2014. Com os descritores definidos, bem como o recorte temporal, iniciamos as buscas tomando como referência os títulos e resumos das pesquisas, totalizando 62 trabalhos. Todavia, após a leitura na íntegra, 13 foram considerados pertinentes para o objetivo do estudo.

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

### 1.1 O QUE NOS DIZEM AS PRODUÇÕES DO IBICT

Os objetivos das produções publicadas no IBICT problematizam as questões em torno do Plano Municipal de Educação. Estes consistem em analisar e identificar as estratégias para a Educação Infantil, bem como uma política educacional que se materializa em suas ações e metas, além de possibilitar elementos que indiquem condições necessárias para a qualidade da Educação Infantil. Na plataforma IBICT identificou-se 3 dissertações. O levantamento pode ser encontrado a seguir:

Quadro 1: Produções do IBICT

AUTOR	TÍTULO	ISTITUIÇÃO	ANO
Joyce Danielly Pedrosa da Silva	Políticas Públicas e a Educação Infantil no Município do Recife: Analisando as Metas do Atual Plano Municipal de Educação	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2019
Lilian Martins de Proêncio	A Educação Infantil e a Obrigatoriedade: O Que Propõem os PMES de Quatro Municípios da Região de Guarapuava/PR? Guarapuava 2019	Universidade Estadual do Centro-oeste (unicentro)	2019

Viviane Aparecida Salvador Faustino	Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2020
-------------------------------------	--	---	------

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBICT,2023

Silva (2019) em sua dissertação intitulada “Políticas Públicas e a Educação Infantil no Município do Recife: Analisando as Metas do Atual Plano Municipal de Educação” traz questões acerca da Política de Educação Infantil da cidade de Recife, tomando como estudo o Plano Municipal de Educação. A dissertação demonstra que o município de Recife não trata a legislação como o único elemento a ser levado em consideração e sim como um complemento para as transformações do município, bem como o município tem como balizador o PME para o atendimento à população.

Através da análise feita, foi possível evidenciar os avanços em torno da Educação Infantil, pois antes do PME não havia registros de planos municipais de educação. Apresenta ainda que as metas do atual plano não foram alcançadas, mas que demonstra preocupação em relação à universalização da Educação Infantil e a importância da voz ativa da sociedade para as discussões e decisões necessárias à especificidade do município de Recife. Além disso, ressalta a importância de as pessoas compreenderem que a Educação Infantil não tem a função de passatempo para as crianças e sim de promover tempos e espaços de cuidado e educação para os bebês e as crianças e que esses eixos são indissociáveis. Como objetivo a autora busca analisar a concepção de infância presente no PME, buscando identificar como ela se materializa nas metas e estratégias.

A dissertação de Proêncio (2019) que tem por título “A Educação Infantil e a obrigatoriedade: O que propõem os PMES de quatro municípios da região de Guarapuava/PR?” problematiza as estratégias para os PMEs relacionadas à obrigatoriedade de matrícula envolvendo as questões sobre a Educação Infantil, além de buscar compreender as Políticas para essa etapa da educação básica. Ao analisar a dissertação, esta aponta que os PMEs são importantes, mas precisam de mais clareza na sua escrita. Assim, menciona que para uma educação de qualidade na Educação Infantil é necessário voltar-se para estratégias como ampliação das vagas, infraestrutura, jornada de atendimento e formação de professores, aspectos esses que precisam ser considerados.

A produção ‘Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras’, de Faustino (2020), visou analisar e identificar nos Planos

Municipais de Educação, elementos necessários para a qualidade da Educação Infantil em algumas capitais brasileiras. Nessa direção, demonstra a importância de sempre haver uma avaliação e monitoramento dos PMEs, a fim de se garantir o alcance de suas metas. Ressalta ainda, a necessidade de mais discussões em torno da Educação Infantil para garantia do cumprimento dos direitos das crianças.

Embora essas produções tenham percorridos por diferentes caminhos, ambas em sua estrutura, discutem sobre o PME como complemento e delimitador ao atendimento da população, trazendo preocupações acerca da Educação Infantil e sobre a necessidade de se levar em conta a especificidade do município para a ampliação da Educação Infantil de forma efetiva. As produções ainda problematizam as políticas para com a Educação Infantil e estratégias que possibilitem o alcance das metas, assim como a qualidade para essa etapa da educação básica. Além disso ressaltam a importância da parceria e discussão com a sociedade.

### 1.2.1 O QUE NOS DIZEM AS PRODUÇÕES DO PORTAL PERIÓDICO CAPES

A busca realizada no Portal Periódico CAPES permitiu-nos identificar 34 artigos, tendo em sua estrutura os descritores Políticas e Educação Infantil, mas a partir da análise foi possível filtrar apenas 06 produções. No Quadro 2 a seguir, encontra-se esse levantamento:

**Quadro 2:** Produções do Portal Periódico CAPES

PERIÓDICO	TÍTULO	AUTOR(A)
Revista Educação e Políticas em Debate – v. 7, n.1, p. 173- 189 – jan./abr. 2018- ISSN 2238-8346	Políticas públicas para Educação Infantil e direito à educação: avanços e lacunas em âmbito municipal	Leonice Matilde Richter, Maria Vieira Silva
Revista Brasileira de Educação v. 23 e230064	Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da Educação Infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?	Zara Figueiredo Tripodi, Victor Maia Senna Delgado, Érica Castilho Rodrigues
194 Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 194-217, mai./jun. 2019	Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá	Ângela Scalabrin Coutinho Thiago Alves
Revista Educação e Políticas em Debate – v. 6,	Políticas públicas educacionais: a	Sangelita Miranda Franco Mariano Ricardo Takayuki Tadokoro Flávia Gabriella F. Mariano

n. 1, p. 98-115 – jan./abr. 2017 - ISSN 2238-8346	Educação Infantil em debate	
Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e194520, 2019.	Atendimento à Educação Infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação	Sandra Zákia Sousa, Cláudia Oliveira Pimenta
<i>Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e78210, 2021 1</i>	Dimensões para análise de propostas de avaliação de políticas de Educação Infantil	Cláudia Oliveira Pimenta, Sandra Zákia Sousa, Maria Luiza Rodrigues Flores

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Portal Periódico CAPES, 2023

As produções localizadas no Portal Periódico CAPES buscaram analisar e problematizar as questões sobre as Políticas para a Educação Infantil, além de discutirem sobre os avanços e retrocessos que a Educação Infantil vivencia ao longo das últimas décadas. Destacam ainda, que alguns avanços surgem com a falsa intenção de investimento e que buscam e tentam privatizar e escolarizar essa etapa da Educação básica. Assim, abordam sobre uma política de avaliação para Educação Infantil, com vistas para uma educação de qualidade.

O artigo intitulado “Políticas públicas para Educação Infantil e direito à educação: avanços e lacunas em âmbito municipal”, de Richter e Silva (2018) traz os avanços em torno da Educação Infantil nos últimos anos, principalmente com a criação do PNE, e ressalta que velhos problemas permanecem, principalmente, devido à dificuldade de compreender as especificidades do cuidar e educar. Além disso, discute a questão de investimento para Educação Infantil que é escassa, o que impede a ampliação e acesso dos pais a uma vaga. Outro ponto importante é que o Estado centraliza o controle e deixa de lado a responsabilidade para com a Educação Infantil.

Já Tripodi, Delgado e Rodrigues (2018) em sua produção “Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da Educação Infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)? ” apresenta a interação entre o Estado e terceiro setor na oferta de Educação Infantil, que seguem lógicas distintas de estruturação que não dispõem do alinhamento dos entes federativos com o PNE. Os dados trazidos para análise evidenciam questões para se discutir sobre financiamento educacional, apresentando que o terceiro setor contribui de forma positiva para os repasses orçamentários.

Coutinho e Alves (2019) demonstram em seu trabalho intitulado “Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá” a desigualdade nos 26 municípios para alcançar a meta 1, o mesmo demonstra que grande parte

dos municípios estava perto de alcançar a meta de universalização para a população de 4 a 5 anos, mas quanto às crianças de 0 a 3 anos era outra realidade, pois destaca que 7 dos municípios estava abaixo dos 50% definido pelo Meta 1 do PNE. Assim, surge uma preocupação em relação às matrículas de alguns desses municípios, sendo necessárias novas análises para identificar a causa da desigualdade de acesso para as crianças de 0 a 3 anos de idade.

O outro ponto importante é o planejamento e execução de políticas que efetivem e garantam a essas crianças o direito a Educação Infantil de qualidade, voltando-se para estrutura do espaço, para uma formação continuada dos professores, entre outros pontos, para proporcionar o desenvolvimento integral dos(as) pequenos(as). À vista disso, o artigo intitulado “Políticas públicas educacionais: a Educação Infantil em debate”, de Mariano, Tadokoro e Mariano (2017) ressalta que mesmo com avanços, a Educação Infantil passa por limitações, principalmente pelas leis que regem essa etapa, que não são consolidadas efetivamente, fazendo com que níveis de crescimento não sejam atingidos, prejudicando assim a qualidade do cuidar e educar para as creches e pré-escolas. Discute ainda que as ações planejadas pelo Estado se baseiam em contradições e se voltam para a interferência do mercado.

O artigo de Sousa e Pimenta (2019) tem como objetivo mostrar a necessidade do aumento da oferta e do atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idades nas creches e pré-escola, abordando desse modo, as estratégias de expansão para a Educação Infantil no estado de São Paulo. Assim, o trabalho evidencia a precariedade de informações sobre as metas do PNE que nos planos são incompletas, além de apresentar fragilidade para garantir o direito das crianças a creches e pré-escolas. Demonstra também que nos planos os municípios estão mais preocupados com quantidade do que qualidade.

Por último, o artigo ‘Dimensões para análise de propostas de avaliação de políticas de Educação Infantil’ de Pimenta, Sousa e Flores (2021) apresenta a questão da implementação da avaliação da Educação Infantil no âmbito das políticas públicas e que para isso deve-se construir e pensar de que modo essa avaliação pode contribuir para uma educação de qualidade, além de apresentar um conjunto de elementos que abrangem as várias facetas que configuram o direito à Educação Infantil: acesso, condições de oferta e de gestão, financiamento, transparência e controle social.

Desse modo, as produções apresentam questões que discutem sobre as limitações dos PMEs, bem como Políticas para Educação Infantil, revelando a desigualdade para o cumprimento das metas que envolvem a essa etapa da educação básica, como também o

desconhecimento sobre as concepções de criança, infância que são de suma importância para organizar e alcançar as questões propostas.

### 1.3.1 O QUE NOS DIZEM AS PRODUÇÕES DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES

A busca no Banco de teses e dissertações da CAPES permitiu identificar, no primeiro momento, 10 dissertações e 8 teses, mas ao analisar aplicando os descritores Plano Municipal de Educação, *and* Educação Infantil foi possível filtrar 3 dissertações e 1 tese. A síntese desse levantamento se encontra no Quadro 3 abaixo:

**Quadro 3:** Produções do Banco de Teses e Dissertações CAPES

AUTOR(A)	TÍTULO	ISNTITUIÇÃO	ANO
Ana Cláudia Oliveira da Silva	O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da Educação Infantil na região metropolitana do Recife	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2018
Mônica de Souza Motta	A Política da Educação Infantil em São Gonçalo/RJ nos contextos dos Planos Municipais de Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ)	2020
Adel Ferreira Campos Junior	Plano municipal de Educação Corumbá - MS (2015-2025): ações e processos para o cumprimento da meta 1 – Educação Infantil	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	2020
Laís Hilário Alves	O direito à Educação Infantil em Uberlândia: análise das estratégias do plano municipal de educação (2015 – 2025)	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2021

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco de Teses e Dissertações CAPES,2023

Os objetivos dessas produções se voltam para analisar e investigar as estratégias e ações para o cumprimento das metas que tangem a Educação Infantil, estes apontam que os PMEs trazem em suas estruturas fragilidades, principalmente quando abordam sobre o PNE.

A tese de Silva (2018) que tem por título “O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da Educação Infantil na região metropolitana do Recife” apresenta as limitações para universalização e expansão da Educação Infantil e que com a aprovação do PNE os problemas ficaram mais evidentes. Além disso, apresenta que os planos municipais não são planejados a partir de suas necessidades e realidades, se voltam para uma cópia do PNE e não pensam na Educação Infantil como centralidade, ignorando a especificidade da mesma, não levando em conta a importância de um planejamento contínuo que invista na universalização da primeira etapa da Educação Básica. Percebe-se que a estratégia para a implementação das políticas não se faz com rigor e sim por medo das consequências, deixando de lado a questão em destaque, que é a Educação Infantil.

Já a dissertação intitulada “A Política da Educação Infantil em São Gonçalo/RJ nos contextos dos Planos Municipais de Educação” de Motta (2020), aponta o envolvimento da sociedade na formulação das metas que constituem o documento final, voltando-se, principalmente, para universalização da pré-escola e ampliação das vagas para a creche destinada à Educação Infantil, apesar de estarem de acordo ao PNE (2001/2010 e 2014/2024), não alcançaram o cumprimento completo dessas metas.

A pesquisa evidencia o predomínio do setor privado ao atendimento à Educação Infantil, o que causa o aumento da desigualdade, além disso o município de São Gonçalo, para efetivação das metas, tem como estratégia político-financeira a adoção de convênios, justificando a redução dos custos, transferindo a responsabilidade do Estado, como também favorecendo a iniciativa privada na cidade com repasses do orçamento público, o que mesmo assim, não configurou na efetivação das metas dos respectivos PMEs (2006/2015) (2015/2024), caracterizando uma realidade de “exclusão includente”. Os grupos de movimentos sociais organizados lutam por políticas de direitos sociais e pelo reconhecimento do direito das crianças pequenas à Educação Infantil de qualidade na cidade.

Campos Junior (2020) em sua produção “Plano municipal de educação Corumbá - MS (2015-2025): ações e processos para o cumprimento da meta 1 – Educação Infantil”, retrata que ao passar dos anos, leis, projetos e programas favoreceram para que a Educação Infantil deixasse de ser uma etapa de caráter assistencialista e com isso a criança passa a ser vista como sujeito de direito. Assim, para que a meta 1 seja cumprida, os planos municipais, nacional e

estadual devem estar alinhados para a garantia de qualidade à educação, mas surge a preocupação em torno dos agentes tanto estatais como não estatais de como essas políticas públicas para a educação estão sendo pensadas e por quais grupos, além disso, a dissertação traz a questão se a sociedade tem uma voz ativa nas discussões em torno da educação, principalmente, quando envolve os ribeirinhos e os estrangeiros vindos da República da Bolívia.

Desse modo, ao fazer a análise, foi possível evidenciar que o município de Corumbá/MS ainda não consegue cumprir o que foi prometido, mesmo havendo um aumento no número de crianças matriculadas na Educação Infantil, além de acreditar que no ano 2025 essa meta não será cumprida ainda que tenha ações e processos para resolver essa demanda.

Por fim, a dissertação “O direito à educação infantil em Uberlândia: análise das estratégias do Plano Municipal de Educação (2015 – 2025)” de Alves (2021), traz o descaso em torno do investimento para Educação Infantil, no qual o município e o Estado colocam essa etapa em segundo plano, além de em cada governo haver uma descontinuidade das políticas educacionais. Discute também sobre as estratégias para a implementação das metas do PME, demonstrando a importância deste para a transformação da educação.

A dissertação traz a relevância e contribuição de estratégias de monitoramento contínuo e as avaliações constantes das metas e estratégias, visando à efetivação do Plano, bem como a reorganização e repactuação destas em caso de descumprimento, mesmo com essas estratégias não foi possível cumprir algumas metas do PME principalmente por estar vinculado ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, não tendo autonomia para estabelecer organização e planejamento dos espaços institucionais, sobretudo quando se volta para a Educação Infantil.

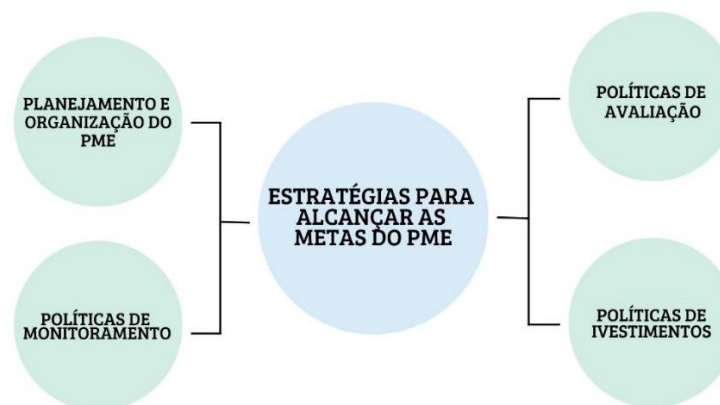
Desse modo, essas pesquisas ainda apontam que os principais desafios encontrados para cumprimento das metas é a falta de investimento para a Educação Infantil, sendo algo escasso, o que impede a universalização e ampliação de vagas para essa etapa. Assim, a Educação Infantil se encontra negligenciada por falta de recursos e profissionais com formação adequada, além de ser considerada por algumas entidades como um trabalho assistencialista.

## **APONTAMENTOS FINAIS A PARTIR DAS DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Constatamos com o levantamento realizado, que as políticas públicas perpassam por várias etapas desde sua formação, planejamento, execução e avaliação que precisam de um constante monitoramento para sua efetivação, além da compreensão que as relações desses

instrumentos são necessárias, visto que não se dão em um vazio e sim pela relação que estabelecem entre si. Desse modo, a figura abaixo demonstra a relação dos artigos, teses e dissertações analisados, trazendo as principais características para facilitar e possibilitar o cumprimento das metas do PNE e PME.

**Figura 1:** Relação dos artigos, teses e dissertações



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

É possível inferir que quando se volta para estratégias que visam ao alcance das metas, há grandes dificuldades a serem encontradas no percurso, principalmente pela fragilidade que se encontra quando falamos em políticas voltadas para a Educação Infantil. Todavia, o levantamento nos permite concluir sobre a importância dos instrumentos presentes na Figura 1 estarem interligados para se alcançar as metas do PME, que são ações orientadoras e planejadas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que norteiam os processos de desenvolvimento das intervenções, para garantir recursos necessários à sua efetivação. Por fim, as Políticas para Educação Infantil devem ser planejadas e organizadas tendo como protagonista as crianças, considerando-as como sujeitos históricos e de direitos.

## APONTAMENTOS FINAIS

A pesquisa nos possibilitou conhecer diferentes percepções acerca das Políticas Educacionais para a Educação Infantil, bem como compreender como cada região compreende essa etapa da educação básica e a materializa em seu PME.

Evidenciou ainda que para se alcançar os resultados almejados no PME, é necessário um planejamento que envolva a participação de diferentes agentes políticos no seu processo de

elaboração, aprovação, execução, monitoramento e avaliação, por se tratar de uma Política Educacional que tem o dever de garantir a oferta e permanência dos bebês e das crianças à Educação Infantil de qualidade. Para tanto, é preciso compreender que as estratégias para cumprimento da Meta 1 do PNE e PME envolvem políticas de monitoramento, de avaliação e política de investimento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário. **O direito à Educação Infantil em Uberlândia: análise das estratégias do plano municipal de educação (2015 – 2025)**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32884>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CAMPO JÚNIOR, Adel Ferreira. **Plano Municipal de Educação Infantil Corumbá -MS (2015 2025): Ações e Processos para o cumprimento da meta 1 \_ Educação Infantil**. 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9306352](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9306352). Acesso em: 5 jul. 2023.

COUTINHO, Ângela Scalabrin; ALVES, Thiago;. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. 194 **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 194-217, mai./jun.. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.63738>. Acesso em: 5 jul. 2023.

FAUSTINO, Viviane Aparecida Salvador. **Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras**. 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/12343>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MARIANO, S. M. F.; TADOKORO, R. T.; MARIANO, F. G. F. Políticas públicas educacionais: a educação infantil em debate. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2017. DOI: 10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v6n1a2017-08. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46388>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MOTTA, Mônica de Souza. **A política da educação infantil em São Gonçalo/RJ nos contextos dos Planos Municipais de Educação**. 2020. Disponível em: <http://www.btd.uerj.br/handle/1/19025>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PIMENTA, C.O; SOUSA, A.Z; FLORES, M.L.R. Dimensões para análise de propostas de avaliação de políticas de Educação Infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e78210,. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78210>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PROÊNCIO, Lilian Martins de. **A Educação Infantil e a Obrigatoriedade: O Que Propõem os PMES de Quatro Municípios da Região de Guarapuava/PR? Guarapuava 2019**. 2019. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1642>. Acesso em: 5 jul. 2023.

RICHTER, L. M.; SILVA, M. V. Políticas públicas para Educação Infantil e direito à educação: avanços e lacunas em âmbito municipal. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 173–189, 2018. DOI: 10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n1a2018-13. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/47054>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. **O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do recife**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32191>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILVA, Joyce Danielly Pedrosa da. **Políticas Públicas e a Educação Infantil no Município do Recife: Analisando as Metas do Atual Plano Municipal de Educação**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34272>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SOUSA, Sandra Zákia; PIMENTA, Cláudia Oliveira;. Atendimento à Educação Infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e194520,. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945194520>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TRIPODI, M. do R. F.; DELGADO, V. M. S.; RODRIGUES, E. C. Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil : o que dizem os planos municipais de educação (2014-2024)? -**Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230064, 2018. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100251&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100251&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 06 fev. 2019.

Autor 1:



Nome Completo: Fernanda Silva Santos

Graduanda em pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XII. Atualmente é Bolsista da CAPES no Programa de Residência Pedagógica.

Email: [fs910629@gmail.com](mailto:fs910629@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2678797636025970>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5074-8904?lang=pt>

Autor 2:



Nome Completo: Jany Rodrigues Prado

Pedagoga, Professora Auxiliar da UNEB, Campus XII, Mestra em Educação (UESB), Membro do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE).

Coordenadora Pedagógica da rede municipal de Guanambi - BA

Email: [jprado@uneb.br](mailto:jprado@uneb.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1032283414437662>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4035-0921>